



Licenciatura 2014-2015

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I e II

PROFESSOR DOUTOR PEDRO PAES DE VASCONCELOS

PROGRAMA

Título I - Introdução

1. O Direito Civil como direito privado comum.
2. Princípios fundamentais.
 - a. O Personalismo Ético.
 - b. O princípio da autonomia.
 - c. O princípio da responsabilidade.
 - d. O princípio da confiança e da aparência.
 - e. O princípio da boa fé.
 - f. O princípio da paridade jurídica.
 - g. O princípio da equivalência.
 - h. O reconhecimento da propriedade e a sua função.
 - i. O respeito pela família e pela sucessão por morte.
3. Os dados extrajurídicos e as janelas do sistema: a natureza das coisas

Título II - As Pessoas

Capítulo I - As Pessoas Singulares

4. A personalidade jurídica
5. O direito de personalidade
6. Direito objectivo e direito subjectivo de personalidade
7. Tutela jurídica da personalidade
 - a. Em geral
 - b. Tutela civil da personalidade
 - c. A defesa da personalidade das pessoas já falecidas
 - d. Direito de personalidade e autonomia privada
8. O direito à vida
9. O direito à integridade física e psíquica
10. O direito à inviolabilidade moral
11. O direito à honra
12. O direito à privacidade

13. O direito à identidade pessoal e ao nome
14. O direito à imagem
15. Início da personalidade jurídica e o estatuto jurídico do nascituro
16. O termo da personalidade jurídica: a morte
17. O estatuto jurídico do cadáver
18. A capacidade jurídica
19. Capacidade de gozo e capacidade de exercício
20. Capacidade e legitimidade
21. O estado, *status* ou estatuto
22. A esfera jurídica
23. O património
24. Domicílio e residência habitual
25. Estatuto jurídico da ausência
26. Curadoria provisória
27. Curadoria definitiva
28. Morte presumida
29. O regresso do ausente
30. Incapacidades
31. Incapacidade dos menores
32. A incapacidade dos interditos e dos inabilitados

Capítulo II - As Pessoas Colectivas

33. O exercício jurídico colectivo, a contratualidade, a comunhão, a socialidade, a instituição e a personalização
34. Natureza da personalidade colectiva
35. O substrato, a organização e o reconhecimento das pessoas colectivas
 - a. Substrato
 - b. Elemento pessoal
 - c. Elemento patrimonial
 - d. Elemento teleológico
 - e. Reconhecimento
36. A tipicidade das pessoas colectivas
37. Classificações das pessoas colectivas
38. A capacidade de gozo das pessoas colectivas
39. Limitações legais específicas à actuação de certas pessoas colectivas
40. O fim e o objecto social das pessoas colectivas.
41. Capacidade de exercício ou organicidade nas pessoas colectivas
42. Organização das pessoas colectivas
43. Os actos *ultra vires*
44. A vinculação das pessoas colectivas
45. A responsabilidade das pessoas colectivas
46. A desconsideração da personalidade colectiva
47. As associações
48. As fundações
49. As sociedades civis simples
 - a. O tipo da sociedade civil simples

- b. O problema da personificação das sociedades civis simples
- c. Critério da personificação
- d. Diferenças de regime
- 50. As associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais.
 - a. Associações sem personalidade
 - b. O contrato e o fundo comum
 - c. As comissões especiais

Título III - Os Bens

- 51. Bens jurídicos e coisas jurídicas
- 52. Noção e características das coisas
- 53. Classificações das coisas
- 54. Coisas corpóreas e incorpóreas
- 55. Coisas no comércio e coisas fora do comércio
- 56. Coisas móveis e imóveis
- 57. Coisas simples e complexas; compostas e colectivas
- 58. Coisas fungíveis e infungíveis
- 59. Coisas consumíveis e inconsumíveis
- 60. Coisas divisíveis e indivisíveis
- 61. Coisas presentes e futuras
- 62. Coisas principais e acessórias
- 63. Coisas frutíferas e infrutíferas: os frutos
- 64. As benfeitorias

Título IV - O exercício jurídico.

Capítulo I - Situações jurídicas, relações jurídicas e direitos subjectivos.

- 65. Situações, relações e posições jurídicas.
 - a. Situações da vida e situações jurídicas.
 - b. Relações da vida e relações jurídicas.
 - c. Situações e relações socialmente típicas.
 - d. Posições jurídicas.
- 66. Bem, interesse e poder.
 - a. Noção jurídica de bem.
 - b. Noção jurídica de interesse.
 - c. Noção jurídica de poder.
- 67. Poderes de gozo, poderes creditícios e poderes potestativos.
 - a. Poderes de gozo.
 - b. Poderes creditícios.
 - c. Poderes potestativos.
- 68. O direito em sentido objectivo e em sentido subjectivo.
 - a. Direito objectivo e direito subjectivo.
 - b. As raízes do direito subjectivo.
 - c. A vontade e o interesse no direito subjectivo.
- 69. O direito subjectivo como estrutura.



70. O direito subjectivo como substância.
71. Limites do direito subjectivo: o abuso do direito.
- a. Contrariedade à boa fé.
 - i. Honeste agere.
 - ii. *Alterum non laedere*.
 - iii. *Venire contra factum proprium*.
 - b. Contrariedade aos bons costumes.
 - c. Desvio em relação ao fim social ou económico.
 - d. Tipos doutrinários tradicionais de abuso do direito.
 - i. *Exceptio doli*.
 - ii. *Venire contra factum proprium*.
 - iii. Inalegabilidades formais.
 - iv. *Supressio* (Verwirkung) e *surrectio* (Erwirkung).
 - v. *Tu quoque*.
 - vi. Exercício em desequilíbrio.
 - e. Consequências jurídicas do abuso do direito.
72. Conceito de direito subjectivo.
73. Contitularidade de direitos subjectivos.
- a. Em geral.
 - b. A compropriedade.
 - b. A contitularidade de direitos de crédito.
 - c. Contitularidade da participação social.
 - d. Outros tipos de contitularidade.
74. Expectativas jurídicas.
75. Exercício e tutela dos direitos subjectivos.
- a. Colisão de direitos.
 - b. Acção directa.
 - c. Legítima defesa.
 - d. Estado de necessidade.
 - e. Consentimento do lesado.
76. Vicissitudes das situações jurídicas e dos direitos subjectivos.
- a. Constituição.
 - b. Modificação.
 - c. Disposição e extinção.

Capítulo II - A Causa.

77. As raízes da causa.
78. Influência da causa.
79. Modalidades da causa.
- a. Causa objectiva e causa subjectiva.
 - b. Causa classificativa e causa de juridicidade.
 - c. Causa da atribuição patrimonial.
 - d. Causa da obrigação.
 - e. Causa do negócio jurídico.
 - f. *Consideration*.
80. Causalidade e abstracção.

Capítulo III - A representação.

81. O fenómeno representativo.
 - a. Representação e substituição.
 - b. Representação e legitimação.
 - c. Representação e interposição.
82. Actuação em nome de outrem (*contemplatio domini*) e actuação por conta de outrem.
83. O interesse no agir representativo.
84. A relação subjacente ou fundamental.
85. O relacionamento interno e externo na representação.
86. Representação legal, orgânica e voluntária.
 - a. Representação legal.
 - b. Representação orgânica.
 - c. Representação voluntária.
87. Capacidade para o exercício representativo.
88. Falta ou vícios da vontade e outros estados subjectivos relevantes.
89. Justificação dos poderes do representante.
90. Negócio consigo mesmo.
91. Representação sem poderes e abuso da representação.
92. A procuração.
93. Outorga da procuração.
 - a. Procuração expressa.
 - b. Procuração tácita.
94. Vicissitudes da procuração.
 - a. Instruções.
 - b. Modificações.
 - c. Revogação da procuração.
 - d. Extinção da procuração.
 - e. Eficácia interna e externa das vicissitudes da procuração.
95. O substabelecimento.
96. A forma da procuração.

Capítulo IV - O tempo e a estabilização das situações jurídicas.

97. A evolução no tempo de situações jurídicas duradouras: a alteração de circunstâncias.
 - a. A doutrina da cláusula *rebus sic stantibus*.
 - b. A doutrina da pressuposição.
 - c. A doutrina da imprevisão.
 - d. A doutrina da base do negócio.
 - e. A doutrina do risco.
 - f. A doutrina da “*frustration*”.
 - g. A alteração de circunstâncias no direito português.
 - i. Em geral.
 - ii. A anormalidade da alteração de circunstâncias.
 - iii. A perturbação da justiça interna do contrato.
 - iv. O papel da boa fé.
 - v. O efeito da mora.

- vi. A modificação do contrato.
- vii. A resolução do contrato.
- 98. A necessidade de estabilidade da vida jurídica e os processos de estabilização: prescrição, caducidade e não uso.
- 99. A prescrição.
 - a. prescrição comum e presuntiva.
 - b. Invocação da prescrição.
 - c. Início do prazo da prescrição.
 - d. Suspensão da prescrição.
 - e. Interrupção da prescrição.
- 100. Caducidade.
 - a. Caducidade e autonomia privada.
 - b. Oficiosidade do conhecimento da caducidade.
 - c. Início e curso do prazo de caducidade.
- 101. O não uso.

Título V - Os Negócios Jurídicos

Capítulo I - Noções Prévias.

- 102. As acções
- 103. Os factos jurídicos *stricto sensu*
 - a. perspectiva subsuntiva silogística.
 - b. perspectiva analógica e hermenêutica
- 104. Os actos jurídicos
- 105. Os negócios jurídicos.
 - a. O negócio jurídico como acto de autonomia privada.
 - b. O negócio jurídico como operador juscientífico.
 - c. O negócio jurídico como vontade e como declaração.
 - d. A vontade dos “efeitos jurídicos” e dos “efeitos práticos”
 - e. O negócio como “facto” e como “valor”
- 106. Liberdade de celebração e liberdade de estipulação
- 107. Autonomia e heteronomia
- 108. Limites da autonomia privada e área objectiva de licitude
- 109. A ilicitude e as suas consequências. Invalidez e responsabilidade.
- 110. Pressupostos dos negócios jurídicos
 - a. As partes
 - b. Capacidade
 - c. Legitimidade
 - d. Objecto

Capítulo II - Classes de negócios jurídicos.

- 111. Classe e classificação. Distinção do tipo
- 112. Negócios unilaterais e plurilaterais
- 113. Negócios *inter vivos* e *mortis causa*
- 114. Negócios consensuais e formais

- 115. Negócios pessoais e patrimoniais
- 116. Negócios obrigacionais, reais, familiares e sucessórios
- 117. Negócios sinalagmáticos
- 118. Negócios gratuitos e onerosos
- 119. Negócios comutativos, aleatórios e parciários
- 120. Negócios de administração e de disposição
- 121. Negócios causais e abstractos

Capítulo III - Formação dos negócios jurídicos

- 122. A declaração negocial e a sua perfeição
- 123. A declaração expressa, a declaração tácita e o silêncio
- 124. A declaração negocial nos negócios entre presentes e entre ausentes
- 125. A proposta contratual e o convite a contratar
 - a. A proposta de contrato
 - b. O convite a contratar
 - c. Eficácia vinculativa da proposta
 - d. Revogação da proposta
 - e. Morte ou incapacidade do proponente
- 126. A aceitação
- 127. Tipos de processos de contratação
 - a. Proposta-aceitação
 - b. Contratação sobre documento
 - c. Contratação em leilão
 - d. Contratação automática
 - e. Venda por catálogo
 - f. Contratação em auto-serviço
- 128. O consenso e o dissenso
 - a. O consenso
 - b. O dissenso
- 129. A culpa *in contrahendo*

Capítulo IV - Os negócios unilaterais.

- 130. Noção.
- 131. Promessas unilaterais nuas: a promessa de cumprimento e o reconhecimento de dívida
- 132. Atipicidade dos negócios jurídicos unilaterais
- 133. A promessa ao público
- 134. Os concursos
- 135. As ofertas públicas de aquisição, de venda e de troca. Remissão.

Capítulo V - Os contratos.

- 136. Noção
- 137. Tipos de contratos
- 138. O tipo contratual
- 139. Contratos típicos e atípicos

- 140. Contratos mistos
 - a. Contratos puros e mistos
 - i. Classificação tipológica: contratos mistos de tipo múltiplo e de tipo modificado
 - ii. Classificação tradicional: contratos mistos combinados, de tipo duplo e em sentido estrito
 - b. A absorção, a combinação, a analogia e a criação
- 141. União de contratos

Capítulo VI - Interpretação e integração dos negócios jurídicos

- 142. Interpretação e integração
 - a. A interpretação das declarações negociais
 - b. A integração das declarações negociais
- 143. Critérios legais
 - a. O critério geral do artigo 236º do Código Civil
 - b. A relevância do carácter gratuito ou oneroso na interpretação
 - c. A interpretação dos negócios formais
 - d. A interpretação dos testamentos
 - e. A interpretação das cláusulas contratuais gerais
 - f. Regras sobre a integração das declarações negociais

Capítulo VII - A qualificação dos negócios jurídicos

- 144. As definições legais dos tipos negociais
 - a. O problema das definições
 - b. Definições lexicais, definições estipulativas e redefinições
 - c. Síntese
- 145. A qualificação
 - a. A qualificação como juízo predicativo
 - b. Os índices do tipo
 - c. O juízo primário e o juízo secundário
 - d. A correspondência ao tipo e a ordenação no tipo
- 146. Relevância da tipicidade ou atipicidade. A importância dos tipos de referência e dos tipos-padrão

Capítulo VIII – O conteúdo dos negócios jurídicos

- 147. O conteúdo dos negócios jurídicos
- 148. Distinção entre conteúdo e objecto
- 149. A licitude do conteúdo
 - a. Não contrariedade à Lei
 - b. Não contrariedade à Moral
 - c. Não contrariedade à Natureza
 - d. Não contrariedade à Ordem Pública
- 150. A fraude à lei e os negócios fraudulentos
- 151. A dignidade de protecção legal
- 152. A doutrina dos elementos do negócio jurídico e processo subsuntivo: elementos essenciais, naturais e acidentais
- 153. O processo tipológico: a comparação, a graduação, a analogia e a criação



154. A condição

- a. Condições impróprias
- b. Condições ilícitas
- c. Condições suspensivas e resolutivas
- d. Condições causais, potestativas e mistas
- e. Pendência da condição
- f. Verificação da condição
- g. Eficácia da condição
- h. Negócios incondicionáveis

155. O termo

- a. Termo inicial e termo final
- b. Termo certo e termo incerto
- c. Modo de contagem do termo
- d. Pendência do termo
- e. Negócios insusceptíveis da estipulação de termo.

156. O modo.

- a. Conteúdo do modo.
- b. Regime legal do modo.
- c. Distinção entre o modo e a condição.

157. A lesão e a usura.

- a. A lesão.
- b. A viragem da lesão para a usura.
- c. A usura como vício do conteúdo do negócio jurídico.
- d. O requisito objectivo da usura: o desequilíbrio excessivo ou injustificado.
- e. Requisito subjectivo atinente ao lesado: a inferioridade.
- f. Requisito subjectivo atinente ao usurário: a exploração reprovável.
- g. Consequência jurídica: a anulação ou a modificação.

158. As cláusulas contratuais gerais.

- a. Tipos de cláusulas contratuais gerais iníquas.
- b. Nulidade das cláusulas contratuais gerais.
- c. Acção inibitória.

159. Negócios indirectos.

160. Negócios fiduciários.

Capítulo IX – A vontade e a declaração negociais.

161. A liberdade e esclarecimento como pressupostos da validade negocial.

162. A falta de vontade negocial.

- a. A coacção absoluta.
- b. A falta de consciência da declaração.
- c. As declarações não sérias.
- d. A falta de vontade em cláusulas contratuais gerais.

163. Vícios da vontade.

- a. O erro.
 - i. Erro sobre a pessoa ou sobre o objecto do negócio.
 - ii. Erro sobre os motivos.
 - iii. Erro sobre a base do negócio.
 - iv. Síntese do sistema legal da relevância do erro espontâneo.

- b. O dolo.
- c. A coacção moral.
- d. O estado de necessidade e a usura (remissão).
- e. A incapacidade acidental.
- 164. Vícios da declaração.
 - a. A divergência entre a vontade e a declaração.
 - b. A simulação.
 - i. Realidade e aparência.
 - ii. Tipos de simulação.
 - iii. A simulação e a forma.
 - iv. Arguição da simulação.
 - v. Prova da simulação.
 - c. A reserva mental.
 - d. O erro na declaração.
 - e. Erro de cálculo ou de escrita.
 - f. Erro na transmissão da declaração.

Capítulo X - A forma dos negócios jurídicos.

- 165. A forma.
- 166. Forma e formalidades.
- 167. Forma interna e forma externa.
- 168. Forma “ad substantiam” e forma “ad probationem”.
- 169. Forma legal, forma convencional e forma voluntária.
 - a. Forma legal.
 - b. Forma convencional.
 - c. Forma voluntária.
- 170. A forma das estipulações e pactos acessórios.
 - a. As estipulações e pactos acessórios anteriores e contemporâneos.
 - b. As estipulações e pactos acessórios posteriores.
- 171. A forma dos negócios atípicos.
- 172. A consequência legal da falta de forma e o dever de formalização.

Capítulo XI - Valores negativos dos actos e negócios jurídicos.

- 173. Inexistência.
- 174. Invalidade: nulidade e anulabilidade.
 - a. Invalidade e desvalor do acto.
 - b. Interesse público e privado na invalidade.
 - c. Carácter originário ou superveniente.
 - d. Legitimidade.
 - e. Retroactividade.
 - f. Oponibilidade.
 - g. Caducidade .
 - h. Modo de arguição.
 - i. Confirmação e renovação.
 - j. Invalidades atípicas.
 - k. Simples irregularidades.

175. Ineficácia simples.

Capítulo XII - O favor negotii.

176. O *favor negotii*.

177. A redução.

178. A conversão.

179. O relacionamento entre a redução e a conversão.

180. A superação judicial das invalidades formais.

Capítulo XIII – A extinção dos negócios jurídicos.

181. A revogação.

182. A resolução.

183. A denúncia.

184. A caducidade.